



A SEPARAÇÃO/UNIÃO ESTADO/IGREJA SEGUNDO O JORNAL SANTUÁRIO DA TRINDADE (1922-1923)

Andréia Márcia de Castro Galvão

Eliézer Cardoso de Oliveira

Palavras- chave: Estado; Igreja; Jornal Santuário da Trindade

Introdução

A partir da década de 1970, sobretudo, a imprensa periódica passa a ser vista não somente como mero veículo de informação mas também como importante instrumento de análise, capaz de fornecer uma leitura de dada época, lugar e grupo social. Assim, este trabalho pretende analisar como o jornal católico Santuário da Trindade nos anos de 1922 e 1923 entendia a relação Igreja/Estado, juridicamente separados pelo Decreto 119-A de 1890 mas religados informalmente a partir da década de 1920.

Desenvolvimento

O jornal Santuário da Trindade esteve em circulação de 1922 a 1931 e foi escrito, editado e distribuído pela ordem religiosa do Santíssimo Senhor Redentor – os Redentoristas – em Campininha das Flores – atual Campinas, bairro de Goiânia. Era o único jornal religioso do Estado e tinha como “missão” a difusão de matérias ligadas à Igreja Católica e suas atividades, além de informar as/os leitoras/es sobre assuntos vários. Nos anos de 1922-23, possivelmente pela comemoração do primeiro Centenário da Independência do Brasil, o jornal veiculou diversas matérias exaltando o patriotismo. Nessas matérias fica evidente um amálgama de intenções: se de um lado o jornal deixa clara a necessidade de união dessas instituições para o pleno desenvolvimento da nação, por outro, ele anuncia que a identidade nacional deveria pautar-se nos valores da Igreja. O Jornal associava constantemente os valores religiosos como pressupostos ideais ao verdadeiro patriota; do seu canto, o Estado também parecia ver com bons olhos esta união com a Igreja, para aquele essa união era necessária para o bom funcionamento da política nacional, servindo como pilar moral aos dirigentes políticos e à população, em geral.

Algumas pontos ajudam a compreender mais nitidamente esta ligação: muitas notícias internacionais traziam exemplos a serem seguidos pelo governo brasileiro (fixação de crucifixos em escolas e hospitais na Itália, é um deles); nota-se também uma divergência com a separação institucionalizada visto que certos membros do alto clero possuíam um tratamento realmente diferenciado (como as honras de príncipes de sangue concedidas aos cardeais) e, por fim, a construção do Monumento ao Cristo Redentor, muito incentivado e glorificado pelo Santuário da trindade. Esta iniciativa representou para a Igreja Católica, como assinala GRINBERG (1999), tanto uma forte arma no combate aos “inimigos da Igreja”, quanto uma inserção simbólica – e material – na vida nacional republicana.

Considerações Finais

Muitas matérias do Santuário da Trindade elucidam que o Estado contou com o apoio da Igreja como colaboradora do programa nacional, para a formação de boas cidadãos e bons cidadãos, zelosos dos deveres para com a pátria, a família e o trabalho. Por seu turno, a Igreja precisou do Estado para manter a ideia de uma identidade nacional pautada nos valores da Igreja, mantendo seu status quo de religião do povo brasileiro, muito embora, não existisse no Brasil, oficialmente, uma religião de estado.

Referências

BRASIL. DECRETO Nº119-A DE 7 DE JANEIRO DE 1890. consultar:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm> acesso dia 29-07-2013

GRINBERG, Lucia. República Católica, o monumento ao Cristo Redentor do Corcovado. In: KNAUSS, Paulo (org). Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1999. pp. 57 – 72.

SANTUÁRIO DA TRINDADE (Jornal). Campininha das Flores (GO). 1922-1923. Coleção Convento Santo Afonso (Goiânia – GO).